



CGE-MG

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

PROJETO DE AUDITORIA EM MUNICÍPIOS E ENTIDADES

“CGE PRESENTE”

ÁREAS BENEFICIADAS:

**Educação, Saúde, Segurança Pública
e Assistência Social**

**Diretoria de Fiscalização de Transferências de Recursos -
DFTR**

2018



CGE-MG

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

I. INTRODUÇÃO

Uma gestão eficiente dos recursos públicos é vital para o bem-estar dos mineiros, por isso a Controladoria-Geral do Estado instituiu o Projeto “CGE Presente” por meio da Resolução CGE nº040, de 06/11/2018, cujo objetivo é contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e mecanismos de controle interno do Poder Executivo mediante auditoria preventiva, visando garantir a efetividade das entregas das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, segurança pública e assistência social.

O projeto visa uma atuação contínua da CGE nas áreas supramencionadas, que será feita em ciclos de um ano de duração com temas considerados importantes e estratégicos para o governo de Minas Gerais.

II. OBJETIVO

Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e dos mecanismos de controle interno do Poder Executivo, visando garantir a efetividade das entregas das políticas públicas, a mitigação de riscos de malversação dos recursos públicos, a identificação de potenciais fragilidades na sua aplicação, de modo a inibir e combater a corrupção, bem como fomentar a transparência e o controle social.

Ademais, objetiva disseminar conhecimento e prestar informações acerca de melhores práticas que auxiliem na observância de regras e padrões de boa gestão dos recursos públicos estaduais, favorecer a conscientização e o comprometimento dos administradores públicos com o exercício efetivo da função de controle interno em suas áreas de competência.

III. PÚBLICO ALVO

Municípios e entidades beneficiados com recursos do tesouro estadual transferidos por órgãos e entidades do Poder Executivo, nas áreas de educação, saúde, segurança pública e assistência social.



CGE-MG

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

IV. PERIODICIDADE

As ações de auditoria serão realizadas bimestralmente, no período de 12 meses em cada ciclo, por meio de sorteio público realizado nas dependências da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves.

V. RECURSOS AUDITADOS

Repasse do Estado de Minas Gerais aos municípios e entidades por meio de transferências voluntárias nas áreas de educação, saúde, segurança pública e assistência social.

VI. EFETIVIDADE DA AÇÃO

A implementação do referido projeto possibilitará maior transparência e visibilidade à transferência dos recursos estaduais, visando assegurar a sua correta aplicação e qualidade na prestação dos serviços públicos à população.

As ações consistem, ainda, em combater potenciais atos irregulares e fornecer subsídios para a correção de eventuais fragilidades na execução de Políticas Públicas fomentadas pelo Estado, bem como verificar se os serviços ou bens públicos adquiridos e ofertados a sociedade conseguiram atingir sua finalidade pública, de forma a devolver ao cidadão serviços com parâmetros de qualidade e que foram custeados por meio da arrecadação de tributos.

Por fim, pretende-se alcançar tempestividade no encaminhamento dos resultados aos gestores, para providências necessárias ao aprimoramento de programas e políticas públicas e consequente atingimento de suas finalidades.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Portaria n.º 247, de 20 de junho de 2003.

BRASIL. Portaria nº 208, de 17 de janeiro de 2017.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 45.085, de 08 de abril de 2009.



CGE-MG

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 3.670, de 28 de dezembro de 2017.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 3.741, de 04 de maio de 2018.

Programa de Fiscalização em Entes Federativos – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/programa-de-fiscalizacao-em-entes-federativos>. Acesso em: 16/07/2018

SILVA JUNIOR, G. S.; SANTOS, P. C. F. . Controladoria Geral da União e *Accountability* Horizontal: programa de fiscalização por sorteios públicos como ferramenta de combate à corrupção. 2016.

SANTOS, A. M. L.; RODRIGUES, M. E.. Custos na Execução do Programa de Fiscalização por Sorteio Público: Análise Comparativa entre os Estados do Amazonas e de Sergipe. In: XVII Congresso Brasileiro de Custos, 2010, Belo Horizonte. 2010.

Celso da Motta Aguiar. "Análise dos resultados oriundos do sorteio público de municípios – subsídios para o controle preventivo". 2009. Monografia apresentada como requisito para aprovação no curso de Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental. Orientadora: Eliane Viegas Mota.